

Repatriados, deslocados ou refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)

Alexandra Marques, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo: Este artigo centra-se na hipótese dos portugueses de Angola e de Moçambique (nascidos nesses territórios ultramarinos ou neles domiciliados) não se terem sentido repatriados nem retornados à pátria de nacionalidade, por terem sido forçados a deixar as duas antigas colónias antes das respectivas independências devido ao estado de violento conflito armado em Angola e de emergência social vigente em Moçambique. O acelerado processo de descolonização e a transferência de poderes para os governantes africanos tornou insustentável a permanência da esmagadora maioria dos ex-colonos. Muitos nacionais que deixaram a África portuguesa assumiram-se (e alguns ainda se assumem) como deslocados de guerra, transportados involuntariamente para um país com o qual tinham poucas ou nenhuma afinidades. Não se sentiram repatriados, mas “outsiders”, como estrangeiros indesejados numa nação que, falando a mesma língua e aplicando a mesma legislação, lhes era estranha nos costumes e na mentalidade.

Palavras-chave: deslocado, repatriado, descolonização, Portugal

Abstract: The hypothesis of this article focus on the Portuguese former settlers from Angola and Mozambique (who were born or settled in the overseas territories) have not been felt as returnees in their nationality country because they having been forced to leave the two former colonies before independence due to the violent armed conflict in Angola and the social emergency state occurred in Mozambique. Many of those Portuguese who left Africa defined themselves as displaced persons who were involuntarily transported to a country with which they had little or no affinities. They did not feel as repatriated, but as unwanted foreigners, a kind of “outsiders”, despite they spoke the same language and knew the legislation. Portugal was a strange place to them, where their behavior and mentality were negatively pointed to remark that they were different from the others Portuguese.

Keywords: Displaced, Returnee, Decolonization, Portugal

Introdução

O artigo apresentado nesta conferência corresponde a uma parte de um capítulo final da tese de doutoramento: “Deixar África (1974-1977) Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e Moçambique”, que será defendida em Julho de 2014 na Universidade de Lisboa. Na linha dos debates actuais da historiografia internacional, esta tese insere-se na vertente transversal da história social e antropológica em contexto pós-colonial; na história e sociologia das emoções (o estudos dos sentimentos de algum modo desencadeados ou relacionados com factos históricos), na perspectiva das pessoas comuns (Hobsbawm, 1988), podendo de uma perspectiva mais abrangente ser incluída na história das migrações pós-Segunda Guerra Mundial.

Sendo esta dissertação sustentada por largas dezenas de relatórios produzidos pelas autoridades militares portuguesas sediadas nos territórios ultramarinos e na metrópole (Lisboa), a sua principal base documental é composta por excertos de mais de quinhentas cartas publicadas em publicações periódicas, compiladas em livros ou endereçadas às autoridades portuguesas. Para este artigo em concreto foram escolhidas outras fontes de análise, segundo um enfoque teórico e empírico, sem ter sido realizada uma análise quantitativa. Privilegiando o conteúdo dos testemunhos em detrimento da sua quantidade, não foi deliberadamente usado qualquer método de análise usualmente empregue pelas ciências sociais. Foi seguida a recente linha de investigação da



história por dentro¹, tal como é sentida e descrita pelos sujeitos participantes através das suas representações discursivas acerca do que sentiram durante uma dada experiência, neste caso, a partida de África durante o acelerado processo de descolonização (menos de 12 meses) imprimido pelo novo regime político de Portugal, em fase de transição para a democracia. Esta abordagem histórica – como realça o docente da Universidade de York e psicólogo, Jeremy T. Burman – sendo recente, é uma herança natural nas novas correntes historiográficas que estudam populações ou grupos envolvidos e afectados por um acontecimento, cujas histórias de vida não foram privilegiadas nos estudos políticos e institucionais contemporâneos. Depois da história vista debaixo (*history from below*) ter dado voz aos mais negligenciados cidadãos de todas as sociedades e épocas (Hobsbawm, 1988), a historiadora norte-americana, Lynn Hunt desafiou em 2007 com a sua obra “A Invenção dos Direitos Humanos” os seus pares a interessarem-se pelos sentimentos das minorias, dos indivíduos anónimos e de todos os que são subestimados pelos poderes instituídos. É esta a perspectiva subjacente à minha dissertação doutoral e a que guiou este artigo.

A metodologia adoptada consistiu na recolha de depoimentos pessoais escritos, postados em blogs, em redes sociais ou enviados por correio electrónico para a autora, por alguns portugueses que nasceram ou viveram durante mais de uma década nas antigas colónias portuguesas de povoamento em África: Angola e Moçambique. Tendo sido esta partida considerada pelos visados como uma “migração involuntária”² e indesejada, quis saber como se sentiram (ou se consideraram) os antigos colonos desses territórios quando chegaram à metrópole: repatriados, deslocados ou refugiados? Esta pergunta serviu de base à hipótese que me interessava explorar: seria possível detectar nos documentos discursivos colocados na Internet ou em declarações escritas como se identificavam? Categorizados pelo Estado português à época (1975-1976) como “retornados” (sinónimo de repatriados), os nacionais que deixaram as antigas colónias aceitaram este rótulo institucional “imposto de cima” ou identificavam-se mais com outras designações, de acordo com a sua experiência? Haveria uma tendência para uma autocategorização uniformizada ou encontravam-se nesses escritos classificativos diferenciados?

Passado e presente

Para se entender o contexto histórico em que ocorreu a partida de África, importa explicar que a descolonização que pôs fim ao Império ultramarino português aconteceu após a queda do regime autoritário de Marcelo Caetano (sucessor de Salazar no cargo de Presidente do Conselho de Ministros), no dia 25 de Abril de 1974. Tendo sido um golpe militar perpetrado pelas Forças Armadas, a descolonização foi uma das prioridades do novo regime – assim como a democratização e o desenvolvimento do país – decorrendo logo após a Revolução até à independência de Angola no dia 11 de Novembro de 1975.

Uma das consequências directas da descolonização – ainda que das menos estudadas (Pires, 1984:15) – foi o êxodo em massa dos portugueses que viviam em África, o último provocado pelo fim dos impérios europeus ultramarinos, pós-1945. O tema continua a ser tabu para grande parte da classe militar e política, apostadas em transmitir uma ideia de sucesso do processo descolonizador, evitando por vários meios que novos estudos tragam à superfície algumas decisões controversas tomadas durante o chamado Período Revolucionário Em Curso (PREC), designado juridicamente como pré-constitucional. “O maior inimigo da verdade é a maioria” refere o autor Zerubavel, quando de forma subtil tece uma «conspiração do silêncio» em torno de um determinado tema. Como neste caso. Nos últimos 35 anos em Portugal, três instituições relevantes: os partidos políticos, as universidades e os militares concordaram tacitamente em ignorar o que

¹ Ver Jeremy Trevelyan Burman, “History from within? Contextualizing the New Neurohistory and Seeking Its Methods”, in *History of Psychology*, 2012, Vol. 15, No. 1, pp. 84-99.

² A socióloga Andrea Smith considera que os êxodos provocados pelas descolonizações pós Segunda Guerra Mundial se trataram de “migrações involuntárias” ou forçadas quando ocorridas em territórios em estado de sítio ou de guerra.

sentiram os “retornados”, evitando que o assunto fosse discutido ou estudado. Mesmo sendo uma «verdade incómoda escondida à vista de todos», os estudantes graduados ou os jovens investigadores são aconselhados a fazer outras teses, na tentativa de evitar o que ainda é um estudo académico e politicamente incorrecto (Zerubavel, 2006: 3, 38-39). Apenas recentemente devido a séries de ficção televisivas o tema da descolonização ganhou visibilidade pública, como assinalaram dois psicólogos sociais da Universidade do Minho:

After the Carnation Revolution, the decolonization process provoked a huge migration movement from the former African colonies to Portugal. This traumatic return [...] became a very sensitive issue, since the African colonized people, formally Portuguese, were now treated as foreign invaders, and the Portuguese colonials also experienced strong hostility from the metropolitan Portuguese, who saw them as a threat to scarce jobs and a moral danger, as they brought new values and lifestyles. For about twenty-five years there was a “period of mourning,” where speaking about the Colonial War and the decolonization process was taboo. Only recently have people started to speak more easily about these issues. (Cabecinhas, Feijó, 2010: 31)

Em França, nas últimas duas décadas historiadores e cientistas sociais têm dedicado parte substancial ou a totalidade da sua investigação a este tema. São de Jean-Jacques Jordi (2009, 2000, 1995), Jim House e Neil Macmaster (2009), Bernard Droz (2009) e Emanuelle Comtam (2009) as obras mais recentes sobre a descolonização da Argélia, ao mesmo tempo que foram promovidas numa série palestras e publicações e realizados por algumas investigadoras – como Joëlle Hureau (1987), Michèlle Baussant (2002) e Dominique Fargues (2008), entre outras – estudos memorialistas com base em testemunhos e fotografias dos “pieds-noirs”. Se em termos absolutos o maior repatriamento da segunda metade do século XX causado por uma descolonização foi protagonizado pelos cerca de um milhão e 600 mil franceses (“pieds-noirs”) que deixaram a Argélia em 1962 – produzindo um acréscimo de 3,5 por cento na população francesa –, a entrada em Portugal de cerca de meio milhão de portugueses do Ultramar traduziu-se num aumento de cinco por cento na demografia nacional. Pelos cálculos de 1973 viviam 552,000 portugueses nas duas maiores colónias africanas: 342,000 em Angola e 190,000 em Moçambique.³

No Recenseamento Geral da População Portuguesa de 1981, para aferir quantos nacionais tinham chegado dos territórios ultramarinos, foi perguntado aos inquiridos onde residiam em Dezembro de 1973. Quase meio milhão (449,500) respondeu ter nessa data domicílio permanente em Angola e Moçambique, representando 95 por cento dos “repatriados”. A maioria (61 por cento) era proveniente de Angola. Importa, contudo, assinalar que mais de um terço (220,000) destes indivíduos “não tinha redes familiares em Portugal”. (Miège, Dubois, 1994: 231). Embora a maioria tenha nascido em Portugal continental, muitos deles tinham vivido tantos anos em África – para onde tinham ido na infância ou juventude – “que sabiam muito pouco da metrópole” (Cooper, 2003: 181). Também não terá sido um “regresso a casa” para os 75 por cento de jovens com menos de 20 anos, nascidos em África e com poucas ou nenhuma ligação ao país dos seus familiares.

Segundo a legislação produzida, eram oficialmente “retornados” os que chegaram a Portugal depois de Setembro de 1974 e antes de Dezembro de 1976. A designação teve origem no nome do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (I.A.R.N.) criado em Março de 1975. A categorização institucional perdurou, não obstante as entidades oficiais terem adoptado o termo “desalojados” em Setembro de 1976, por lhe estar inerente um carácter transitório e não possuir uma conotação tão estigmatizante como a anterior. E, contudo, ainda hoje são chamados pela comunicação social e pela opinião público de “retornados”. O termo não é minimamente adequado para descrever os milhares de sujeitos que desembarcaram pela primeira vez num país que não era sentido como pátria. Poderia ser “retornado” o cidadão nascido em Portugal continental, mas não

³ Cf. C. Conim: *Estimativas da população 1941-1975*, Lisboa, INE, 1977.

os seus descendentes (filhos, netos, bisnetos, etc.) ou os africanos naturalizados portugueses por casamento, filiação ou assimilação.⁴

Até os estrangeiros de outras etnias casados com portugueses foram absurdamente rotulados de “retornados”, como atesta este depoimento: “Detestava que lhe chamassem retornada, logo ela que nascera em Cabo Verde, passara a vida em Angola e viera para Portugal à força. Bem lhes dizia que era refugiada, mas os da metrópole nem queriam saber: ela era apenas mais uma a querer roubar- lhes emprego” (Garcia, 2012: 138). O termo teve para os visados (e nalguns casos, ainda tem) uma natureza pejorativa: durante os primeiros anos na metrópole ser “retornado” era sinónimo de colonialista, explorador de negros, gente que enriquecera ilicitamente e que trouxera para Portugal comportamentos desviantes, como o consumo de drogas e a prostituição, roubando o trabalho aos residentes.

Migrantes forçados

Tratou-se de uma saída forçada ditada pelas condições de ruptura política e social, tal como Sztompka as caracteriza. Quando um novo sistema político-social se instala gerando desequilíbrios, divergências, confrontos, conflitos, crises ou guerras, é legítimo questionar o efeito que os macro-acontecimentos têm no microcosmos social, ou por outras palavras, como «a revolução muda a vida familiar»(Sztompka, 1996: 6-7) . Perante o colapso do antigo *habitus* – no sentido atribuído por Pierre Bourdieu), muitos dos antigos colonos sentiram-se desprotegidos, abandonados, receosos e desesperançados no futuro. Confrontados com uma mudança social abrupta e o desmembramento da sociedade em que sempre tinham vivido, estes indivíduos tendem a manter uma lembrança benigna do passado através de memórias saudosistas ou meramente evocativas, encarando o futuro próximo de forma fatalista ou pró-activa, consoante o evento em causa perturbou e transformou, em maior ou menor grau, a vida do indivíduo e do seu núcleo familiar (Sztompka, 1996: 48-49).

Para a maioria dos portugueses, a partida de África terá constituído uma experiência traumática, motivo pelo qual muitos destes sujeitos se assumiram como deslocados ou refugiados de guerra no seu próprio país de origem ou de nacionalidade (Lucassen, Lucassen, 1999: 12). No entanto, a categoria mais adequada à sua condição é a de “migrantes da descolonização”, criada pela antropóloga social norte-americana, Andrea Smith.⁵ Esquecidos pela produção académica – cujos estudos incidem, por norma, na subcategoria dos repatriados –, o migrante da descolonização é um cidadão nacional que chega ao país de origem dos antepassados, sendo simultaneamente um “outsider”/“insider”. É visto como estranho por ser de fora e ter sido expulso da terra de adopção. Trocara a sua terra-mãe por uma outra pátria exótica, fora obrigado a voltar dependente de subsídios estatais para viver, tinha hábitos diferentes dos compatriotas da metrópole e encontrava-se num meio social adverso, cujos códigos culturais desconhecia. Por nunca ter estado em Portugal ou por ter saído do país há tantos anos que não reconheceu a nação de outrora. “Muitos estavam radicados no ultramar há várias gerações e não conheciam outra terra senão aquela – para eles, Portugal era um território longínquo e imaginário, com o qual haviam perdido a ligação e onde nem sequer tinham família para os acolher” (Garcia, 2012: 29).

No entanto, compartilhavam a mesma nacionalidade e etnia, a mesma religião (católica), falavam a mesma língua – embora com diferenciações de vocabulário devido à aculturação linguística africana⁶ e possuíam algumas ligações (ainda que ténues) a familiares directos residentes nas

⁴ O termo “assimilado” designa todos os africanos que se tinham alfabetizado, aprendido português e adoptado o vestuário do povo colonizador, desempenhando funções em trabalhos da Função Pública.

⁵ A obra referida resultou da conferência: *Europe’s Invisible Migrants: Consequences of the Colonists’ Return*, realizada em Abril de 1999, em Nova Iorque.

⁶ Os colonos usavam expressões próprias: maca (confusão); machibombo (autocarro); Puto (Portugal); geleira (frigorífico); chuinga (pastilha elástica); matumbo (estúpido); etc.

comunidades de origem, o que o distinguia dos verdadeiros imigrantes estrangeiros, com outra cor de pele ou crenças (Smith, 2003: 18-19, 22-23).

A ruptura com o espaço geográfico e a vivência africana aos quais estavam ligados afectivamente, a mudança do regime político seguido de um período revolucionário conturbado, sem haver garantias de ocorrer uma transição pacífica para a democracia em Portugal assim com a perda do património pessoal (casa, terra, fábrica, o negócio) foram factores determinantes para que estes nacionais não se tenham sentido “repatriados”, mas deslocados num país, cujas fronteiras e o regime (que sempre tinham conhecido) deixara de existir. A legitimidade que lhes era conferida pelo Portugal intercontinental de Minho a Timor desaparecera e as visitas temporárias que (alguns) realizavam à pátria oficial, para investir parte das poupanças em terras ou casas ou em depósitos na Banca converteram-se numa chegada definitiva, sem glória nem honra, numa condição de sobrevivência ou até de pobreza que constituía um duplo estigma social. Nos diferentes tipos de estigma encontram-se as avaliações de carácter e as que decorrem de uma dada situação: ter sido colono era uma delas (Gofmann, 1990: 14).

Também não terão sentido a chegada a Portugal como um regresso devido às abissais diferenças existentes entre a paisagem, o clima, as oportunidades de trabalho e de ascensão social que os territórios ultramarinos propiciavam e a antiga metrópole lhes negava, por atravessar um período de convulsão política e de recessão económica, em grande parte, provocada pela crise do petróleo que se fazia sentir desde 1973. Se num passado recente eram considerados “africanistas” de passagem, à sua derradeira chegada tornaram-se “retornados” empobrecidos que iriam agravar a frágil situação económica do país, e como tal foram, com desdém tratados como estranhos indesejados. “Os residentes tinham a ideia generalizada de que os que estavam em África eram ricos e exploravam os autóctones” (Brettel, 2003: 101). Por isso, tiveram uma recepção pouco calorosa. Num relatório elaborado em Julho de 1977 por um grupo de assistentes sociais era escrito: “A imagem que entretanto vinha sendo dada por certas forças da opinião pública era que se tratava de pessoas que tinham explorado os territórios e as populações negras e, por isso, não tinham direitos nem deveriam merecer o apoio das estruturas nacionais” (Garcia, 2012: 36).

Apesar de se ter esbatido com a passagem dos anos, a categorização institucional de “retornado” prevaleceu intacta até ao presente. Na verdade, como escreveu Frederick Cooper, o Estado pode ser “um poderoso identificador; não porque cria identidades mas porque possui recursos materiais e simbólicos para impor categorias” (Cooper, 2005: 72). Ao utilizar nos documentos oficiais o termo “retornado”, o Estado português evitou propositadamente usar a designação de repatriado, deportado, expulso ou deslocado, responsabilizadora ou mais culpabilizante dos sucessivos Governos provisórios que exerceram funções ao longo de dois anos consecutivos (de Maio de 1974 a Maio de 1976). No entanto, estas designações surgem frequentemente nas cartas particulares e em documentos militares e diplomáticos antes de se iniciar o êxodo em massa.

Em Angola e Moçambique eram considerados deslocados ou desalojados, mas desde que em Portugal lhes começaram a chamar retornados, o rótulo colou-se-lhes à pele como um adesivo. Era mais uma vez a perspectiva da metrópole que se impunha à realidade dos territórios ultramarinos. Todos estes termos com uma carga politicamente mais forte, foram evitados pelos governantes de todas as antigas metrópoles para caracterizar esta camada migrante: refugiado era quem tinha sido expulso ou deportado do seu país durante a Segunda Guerra Mundial ou eram expressões usadas na definição de quem pedia asilo político, era exilado ou perseguido por motivos políticos.

Sem direitos cívicos na realidade pós-colonial sentiram-se estranhos, indesejados e/ou abandonados no país de destino. A sua ilegitimidade identitária advinha do facto do mundo a que pertenciam ter terminado. Jamais voltariam a ter o mesmo estatuto nem as mesmas posses. Essa condição “deixou de ter legitimidade no mundo descolonizado: eram pessoas que não tinham direito a existir” e “tinham fracos argumentos para reclamar um lugar de honra no novo Portugal” (Cooper, 2003: 169, 178). Estes migrantes assemelhavam-se em muitos aspectos a outros refugiados: tiveram de deixar o território onde viviam num curto espaço de tempo ou, nalguns casos, repentinamente, perante uma situação de caos social, e sem poderem voltar. Em 1977, cerca de 45,000 portugueses que se tinham mantido em Moçambique, a maioria dos quais funcionários públicos que aceitaram ficar a trabalhar por mais dois anos após a independência com o

estatuto de cooperantes, foram expulsos do país, por recusarem abdicar da nacionalidade portuguesa. O desejo de ter a dupla nacionalidade é uma variante comum nos testemunhos consultados: estes portugueses julgavam ter direito à dupla cidadania por se sentirem também cidadãos dos estados africanos recém-independentes.

Estranhos no seu país

Ao estudar a problematização do conceito de identidade e a sua popularidade devido ao prestígio e à autoridade cognitiva adquirida pelas ciências sociais em finais da década de 1960 bem como aos inúmeros estudos críticos do pós-guerra sobre o carácter nacional e as sociedades de massa da era pós-colonial, Gleason encontrou numa nova problematização sobre a identidade que é gradualmente forjada pela “relação do indivíduo com a sociedade” onde vive e com a qual se identifica (Gleason, 1983: 922). Os antigos colonos portugueses em África eram, por isso, portadores de uma identidade euro-africana que assumia aspectos dualistas. Tinham interiorizado ser portugueses ultramarinos, porque os seus costumes quotidianos, a maior liberdade de expressão e de consumo através da importação de produtos ocidentais vendidos na África do Sul, a sua gastronomia e *modus vivendi* em permanente contacto com a natureza e o clima tropical, contrastava enormemente com o modo de vida de um Portugal isolado, pobre, com uma implacável censura às liberdades cívicas, sem a multiculturalidade que se encontrava em Angola e Moçambique devido à presença de comunidades cabo-verdianas, santomenses, indianas (goesas, hindus e muçulmanas).

O *habitus* nas sociedades coloniais afro-portuguesas era substancialmente diferente do que vigorava num país recém-saído de uma ditadura de quarenta e oito anos. Segundo o historiador e antropólogo português José Manuel Sobral ao conceito de *habitus*, como sistema adquirido e orientado para funções práticas, deve acrescentar-se a abordagem de Tim Edensor de “construções não reflectidas da identidade nacional”, incorporadas no quotidiano (Sobral, 2007: 12-15). Uma concepção convergente com a do mundo social de Bourdieu que resulta da fusão entre o familiar e o nacional. A organização do quotidiano – a toponímia, a configuração dos arruamentos ou das lojas, os estilos arquitectónicos das casas, a composição dos jardins e dos quintais, etc. – são apenas alguns aspectos de uma identidade dual construída pela experiência da diferença – através dos aromas, dos sons, das paisagens, da comida, dos espaços de convívio e até das noções de público e privado (Edensor, 2002: 21-51).

Além de os portugueses de Angola e Moçambique não terem laços afectivos com a metrópole nem com ela uma relação de proximidade porque viajar amiúde entre as duas “pátrias” – a de origem e a de adopção – era dispendioso para quem tinha menos rendimentos, identificavam-se com os territórios ultramarinos (de pertença afectiva), estavam apegados ao património possuído (os bens adquiridos), tinham uma forte ligação emocional e simbólica a pessoas e locais – a casa onde se nasceu; a igreja onde se foi baptizado, o cemitério onde os ascendentes mais próximos estavam sepultados (Smith, 2003: 26). Portugal já não era a sua terra. Para um antigo colono chegado a Portugal com mais de 50 anos de idade, “aquilo que mais o indignava era que lhe chamassem retornado. “Não retornei de parte alguma, fui empurrado para aqui”, repetia enfurecido” (Garcia, 2012: 113).

A vivência social e cultural destes actores sociais e a conjuntura histórica em que se processou a descolonização portuguesa associada às mudanças repentinas ocorridas durante a transição para as independências (de insegurança e violência, escassez de bens de primeira necessidade, o colapso do sistema de distribuição alimentar, rodoviário, de saúde e ensino bem como as condições do repatriamento e a recepção hostil em Portugal (por parte dos compatriotas da metrópole e das entidades oficiais) acentuou nestes cidadãos o sentimento de estranheza e deslocamento semelhante à que experimentam os indivíduos que integraram processos de diáspora. Recorrendo ao conceito de “estranheza” de Richard Werbner (1989), pode defender-se que após a chegada a Portugal estes nacionais foram tratados como “estranhos internos” (Lubkemann, 2003: 76). “Ti-

nham sido ultramarinos durante tantas gerações que tinham poucas ligações com a sua pátria significante” (Rocha-Trindade, 1995: 339).

As condições em que ocorreu o repatriamento e o subsequente acolhimento na metrópole foram momentos de difícil gestão de emoções, devido à situação de carência em que a maioria se encontrava. Sem comodidades, dependendo do auxílio familiar, do Estado ou de organizações humanitárias civis e eclesiais, a maioria confrontou-se com dificuldades de recuperação do anterior estatuto social. Não obstante as redes de apoio criadas e os subsídios atribuídos, as estruturas improvisadas pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), estes mecanismos foram insuficientes para dar resposta às necessidades de milhares de pessoas, sem emprego, nem habitação e cuja retaguarda familiar nem sempre se revelou benemérita. Como escreveu a jornalista Rita Garcia: “Quem ainda tinha família na metrópole partiu ao seu encontro, à procura de ajuda para recomeçar. Mas no aeroporto, havia cada vez mais refugiados a dormir no chão, à espera, sem alguém que lhes desse um tecto” (Garcia, 2012: 41).

Para Ricardo Ovalle-Bahámon, “eles não eram verdadeiramente portugueses porque pertenciam a um Portugal diferente; eram vistos como intrusos, exploradores e até estrangeiros”. Como confirmam algumas frases extraídas dos testemunhos recolhidos por este investigador: “Nasci em Angola, vivi lá toda a minha vida, excepto os poucos anos que passei no liceu em Lisboa, e nunca conheci outra casa. Eu não deixei Angola, fui expulso”/ “Quando cheguei sofri um choque porque a minha presença não era desejada por ninguém”/ “As pessoas tratavam-nos como se fôssemos de outra raça”/ “Como eu tinha nascido lá, disseram-me que não me podiam dar novos documentos”/ “Quando regressámos em 1976, nem os nossos familiares nos queriam” (Ovalle-Bahamón, 2003: 162-168). A este propósito, uma das assistentes do I.A.R.N. que contactou as famílias de alguns dos desalojados, relata: “Fiz muitos telefonemas para familiares de retornados que me diziam abertamente: ‘Que fiquem por onde andaram. Nós por cá já estamos mal’” (Garcia, 2012, 85).

Eram considerados “portugueses de segunda” (designação criada durante o regime do Estado Novo⁷ e usada informalmente) ou “euro-africanos” (distinção oficial inscrita nos boletins escolares ou documentos de identidade dos portugueses já nascidos em África). Eram apelidados de colonialistas, africanistas, cúmplices de um regime político deposto, sendo para a opinião pública cidadãos privilegiados pelo anterior Poder político que não tinham direito a qualquer indemnização ou compensação por terem deixado terras que, à luz do Direito Internacional vigente, não lhes pertenciam.

Traçada a contextualização sociocultural em que ocorreu o refluxo migratório para a metrópole mais ocidental da Europa, vejamos de que forma alguns destes portugueses definiram a sua condição à chegada a Portugal. Se para *corpus* documental da minha dissertação foram escolhidas fontes primárias em suporte-papel (constituído por conteúdos discursivos da época em causa), para este artigo foram seleccionados testemunhos mais recentes, temporalmente mais distanciados do acontecimento, concedidos presencialmente a investigadores ou a jornalistas e outros disponibilizados em páginas digitais dos autores ou de grupos de amizade. Uma antiga colona de 53 anos confessa ter-se habituado a Portugal, mas nunca ter ao longo destes anos feito amigos, “esses serão sempre os de África”, co os quais “comunica todos os dias através do Facebook” (Garcia, 2012: 200). Recorrer às mensagens electrónicas ou colocadas na Web ajudou a colmatar a dificuldade em obter depoimentos presenciais: muitos dos potenciais entrevistados recusam ainda (por não quererem ou não conseguirem) falar da fase da sua vida. Preferem descrever as emoções após a chegada à Portugal por escrito ou em relatos gravados, por lhes ser mais fácil transmitir certos pormenores sem serem confrontados com um olhar ou uma câmara de filmar.⁸

Num depoimento a um jornal português – antes da visita do chefe de Governo, José Sócrates a Moçambique em Março de 2010 – Eduardo, nascido na Beira em 1959 contou: “Quando eu cheguei a Portugal, em Novembro de 1975, tinha 18 anos. A metrópole, para mim, não era nada,

⁷ “Estado Novo” - ditadura ou regime autoritário (consoante os autores) protagonizado pelo presidente do Conselho, Oliveira Salazar, entre 1926 até à sua morte em 1969, que se prolongou com Marcelo Caetano até 25 de Abril de 1974.

⁸ Em 2013, o programa “Começar de Novo” da rádio pública Antena 1 já recolheu 26 histórias de vida de antigos colonos

nunca lá tinha ido. Tínhamos de sair daqui, não havia condições para criar os filhos. Tínhamos consciência de que tudo tinha acabado”.⁹ Em Portugal, ele e os irmãos foram obrigados a largar os estudos e começar a trabalhar. Em 2011, no livro *SOS Angola* era transcrita a seguinte declaração: “À chegada a Lisboa, colocaram-nos em fila e deram-lhes um saco de plástico com umas sandes e uma maçã. O casal que foi para o Algarve chegou a 24 de Outubro de 1975. Pediu papéis nas lojas que “serviam de cama para as crianças nos primeiros tempos [...] ao menos protegiam do frio de Novembro” (Garcia, 2011: 201-203).

Francisco Silva (hoje um adulto) chegou com 10 anos à cidade de Coimbra no dia 5 de Setembro de 1975: “Ninguém da família nos aceitou à excepção de uma prima, também ela com vida em África muitos anos antes. Mas sem estudos e sem trabalho não podíamos lá continuar. [...] Olhavam para mim como se fosse um bicho. Oh retornado... vai-te embora que não queremos aqui animais. Recordo não haver quem brincasse comigo. Não foi fácil mesmo para uma criança” (email, 19.09.2011). Jorge, nascido em 1961 em Luanda, também era um adolescente quando chegou em 1975 a Coimbra. Tinha 14 anos de idade e nunca tinha estado em Portugal. Custou-lhe, em particular, o Inverno “a que não estava habituado”. “Procurar novos amigos numa cidade nova e numa escola diferente. E ter de viver com a minha mãe e irmã durante quatro anos aproximadamente, numa garagem. Nas ruas e nos empregos faziam-nos sentir que éramos estranhos e que não pertencíamos a Portugal. Que estávamos a mais. E acabamos por nos sentir assim” (email, 25.08.2011). José Nuno Faria era já um homem quando desembarcou na metrópole, mas não foi apenas o clima que estranhou: “Fui com 10 anos para Loureço Marques¹⁰, em 1964. Regressei a Portugal em 1975 ainda não tinha 21 anos. O clima que era muito frio; as cidades, especialmente o Porto. E as pessoas pareciam-me muito sombrias e interesseiras!... Custou a adaptar-me, a habituar-me, a entrosar-me com estas formas de ser e estar! Mas tive de me adaptar (email, 23.06.2011).

Maria Almeida nasceu em 1959 no Norte de Angola, na província de Santo António do Zaire (hoje Soyo). Chegou a Portugal no dia 12 de Julho de 1975, antes de completar 16 anos de idade, acompanhada pela mãe e pela irmã que tinha cinco filhos. Os homens tinham ficado em África. «Não conhecia a metrópole porque nunca tínhamos vindo de férias», conta, mas mantinham contacto com alguns familiares de lá. “Durante uns tempos permanecemos em casa de uma prima que nos arranjou uma casa, mas pouco tempo depois tivemos de a deixar e fomos colocados no campo de férias onde estivemos durante três anos. [...] O facto de sermos retornados impedia que alguém nos quisesse alugar uma casa. Ter nascido em Angola era como se fosse um estigma. Era apelidada de branca de segunda, de retornada” (email, 11.06.2013).

Sem que a diferenciação de género seja objecto de análise, há contudo que referir o carácter mais intenso e emocional dos testemunhos femininos. Ainda que os homens mencionem as dificuldades, evocam-nas como obstáculos a ultrapassar. As mulheres exteriorizam com mais frequência os seus sentimentos e em poucas palavras resumem a sensação captada num momento marcante da sua vida: “Abandonei Moçambique, em Março de 1975, com destino a Lisboa. Vim com o meu marido e um filho de quatro meses na minha barriga. No aeroporto esperavam-me quatro rostos que eu conhecia de fotografias: os meus sogros e os meus cunhados. Nesta cidade cinzenta e fria não tinha um amigo, um conhecido” (email, 23.11.2011).

Presencialmente apenas duas mulheres aceitaram contar (e sucintamente) o que sentiram após chegarem a Portugal. Lígia, nascida na Gabela, na província angolana do Cuanza Sul e que fala o dialecto local – proferiu uma única frase quando soube que o meu livro se recém-publicado se chamava “Segredos da Descolonização de Angola”. Olhou-me de frente e disse simplesmente: “Eu sou uma refugiada de guerra”.¹¹ A outra deponente apenas verbalizou o que lhe acontecera e como se sentira, mas recusou a gravação do testemunho, transcrito após a nossa breve conversa

⁹ Semanário Sol, 26.02.2010.

¹⁰ Lourenço Marques era a capital de Moçambique durante o período colonial. Hoje, Maputo.

¹¹ Frase proferida à autora no dia 18.06.2013.

no Arquivo de Defesa Nacional: “Só fui duas vezes à metrópole: a primeira vez com três meses de idade e a segunda com seis anos. Não me lembrava de nada e quando me diziam que era retornada, perguntava: “retornada a quê?” Quando chegámos a Portugal deram-nos um autocolante para pormos na roupa, que nos identificava como retornados de África. [...] Dormi meses em cima de um cartão, sem dinheiro. Fui uma refugiada, não uma retornada» (testemunho recolhido em 25.08.2012). Para o jornalista Júlio Magalhães (pivô de uma estação televisiva privada portuguesa) um dos aspectos que mais o indignou foi a associação que os portugueses residentes fizeram entre os compatriotas ultramarinos e todos os problemas sociais que o país atravessava: «Senti que olhavam para nós, retornados, como origem de tudo o que havia de mau: o álcool, os vícios, a libertinagem... Andávamos de calções e as mulheres de saias...”¹²

A artista plástica, Margarida Campelo, nascida em Angola em 1960, foi obrigada com 15 anos a deixar pai, mãe, irmãos, amigos e o namorado para ficar em Portugal em casa de um parente do lado paterno que não conhecia. Somente ao fim de 559 longos dias (contados com ansiedade) recebeu um telefonema da mãe e soube que a família estava viva. Os pais tinham conseguido fugir para a África do Sul, foram depois a Portugal buscá-la e fixaram residência em Porto Seguro, no Brasil. Tantos anos depois, desabafou: “Perdemos tudo! Nossas casas, nossos bens, nossos amigos, nossa identidade, nossa raiz!” (Post, 31.05.2010).¹³ Num dos blogues de retornados mais visitados, o seu criador escreveu: “A História magoa. A independência das colónias forçou meio milhão de portugueses a partir numa ponte aérea que os desembarcou em Lisboa trazendo a amargura na bagagem e tendo de se adaptar a uma terra que, em muitos casos, não conheciam”.¹⁴ Num outro blogue foi escrito: “Os portugueses foram obrigados a optar entre a morte ou a fuga. Foi assim que muitos vieram para “a Pátria Lusa” e foram apelidados de retornados! Esse termo tinha na altura uma forte carga discriminatória e humilhante! Se muitos retornaram, muitos outros não! Os que tinham nascido e crescido nas colónias acabaram por vir parar a Portugal e não a retornar!”¹⁵

No espaço cibernauta, o anonimato pode ser uma forma de protecção. Esta mulher preferiu usá-lo ao identificar-se como Maria de Angola: “Maria de Angola, retornada me chamam, mas vendida fui. Comecei a chorar de raiva, não por mim mas pelos meus filhos que, na minha fecundidade lusitana de séculos, fui gerando brancos, mestiços e negros”. No blogue “Diário de uma professora”, a autora Olinda Gil escreveu: “Sou uma retornada. Comecei a ouvir esta palavra em 1975 na escola. “És uma retornada, volta para a tua terra!”. Eu, que obviamente me via como portuguesa ficava atónita com a acusação. Tinha onze anos e vinha de uma terra que se dizia ser Portugal Ultramarino”.¹⁶ Através de um poema exprimiui: “Chamaram-nos RETORNADOS/ Regressámos com a mesma mala de cartão/ Outros nas mãos trazendo nada/ Vínhamos assustados olhando o chão/ Todos com a vida destroçada/ Um ficou perto outro emigrou/ Na procura do pão aqui negado/ Aos poucos a triste lágrima secou”.¹⁷ Deslocados foi o termo identificativo escolhido por uma mulher que conseguiu refazer a sua vida em Portugal: “Os filhos de portugueses que nasceram nas ex-colónias sentiram-se deslocados do seu habitat natural, da sua terra-natal devido à guerra. Esperavam pela paz para poderem regressar, ser angolanos e, se possível, obter a dupla nacionalidade. Repatriados foram os nascidos na antiga metrópole que voltaram ao país de onde partiram. Refugiados creio ser um termo demasiado forte” (email, 17.06.2013).

¹² Entrevista ao diário lisboeta *Correio da Manhã*, em 24.02.2008.

¹³ Palestra de Margarida Campelo em Agosto de 2006 no Colégio Sartre em São Salvador da Baía. <http://retornadosdafrica.blogspot.com/2010/05/retornados-expoliados-de-angola-guidha.html>

¹⁴ <http://retornadosdafrica.blogspot.pt>

¹⁵ Blogue Faroeste postado em 17.06.2007.

¹⁶ <http://retornadosdafrica.blogspot.pt>

¹⁷ <http://comunidade.sol.pt/blogs/olindagil/archive/2010/05/16/Retornados-como-eu.aspx>. Postado a 22.12.2010.

Conclusão

Sem ter a pretensão de extrair qualquer tipo de conclusão definitiva, e apenas com base nos testemunhos recolhidos para este artigo, poderá reconhecer-se que o termo “retornado” foi considerado ofensivo e rejeitado pelos portugueses ultramarinos de diversas faixas etárias ou género. Os que sentiram maiores dificuldades iniciais de adaptação ao novo meio (o país de recepção) ou ainda assumem possuir uma identidade cultural euro-africana interiorizada nos anos vividos no ultramar tendem a referir-se a si mesmos como refugiados à chegada, a um país estranho e que não os acolheu como compatriotas. A hostilidade ou discriminação que experimentaram nos primeiros meses ou anos após a chegada contribuem para que se tenham sentido humilhados e tenham projectado essa sensação na convicção que a sua pátria era África, mas desaparecera. O choque provocado pela partida parece ter sido mais forte para aqueles que não tinham família próxima em Portugal ou, tendo-a, não foram por ela recebidos amistosamente, mas como um “fardo” por não terem casa nem emprego e desconhecerem por quanto iriam viver sob a dependência caritativa dos familiares. Também se denota que os mais jovens, ainda a cargo dos pais, não se sentiram tão desprotegidos. As mulheres, jovens ou de mais idade, mães e/ou viúvas, que viajaram sozinhas como filhos deixando nas ex-colónias os maridos transmitem nos seus depoimentos uma sensação mais intensa de desconforto, abandono e receio quanto ao futuro.

Indesejados na pátria adoptiva, tendo-lhes sido rejeitada a possibilidade de ter dupla nacionalidade nem podendo regressar aos territórios onde viviam, as condições mencionadas coincidem com as de um refugiado, embora oficialmente não pudessem reclamar esse estatuto por terem sido acolhidos no seu país de nacionalidade. Ao Estado português também interessava que não fossem reconhecidos como deslocados de guerra (no caso de Angola) nem de desalojados (no caso de Moçambique) por, de acordo com as convenções internacionais, tal implicar a obrigação legal de serem compensados ou ressarcidos pela perda de bens ou pelos danos morais que fossem provados. Apenas começaram a ser chamados de “retornados” na metrópole, rótulo social menos incómodo aos poderes decisórios por “retorno” significar literalmente regresso e ser assim interpretado pelo Estado como uma migração voluntária.

Se tinham regressado de livre vontade, o Estado não teria de se responsabilizar nem de pagar indemnizações ou compensações. Esta categorização “imposta de cima”, extremamente estigmatizante, perdurou até ao presente como identificativo deste colectivo na comunicação social, na opinião pública e até no meio académico, sendo uma forma desrespeitosa de designar um grupo que sempre rejeitou este termo. Se ainda hoje há quem de cabeça erguida diga nos nossos olhos: “Eu sou uma refugiada da guerra” em Angola, por ter sido a guerra e o clima de insegurança e ameaça aos ex-colonos as principais causas evocada para a partida indesejada, também há quem tenha reconstruído a sua vida e se apresente agora, orgulhosamente, como “retornado”. Numa forma ostensiva de demonstrar que, depois de terem sido escorraçados de África e mal recebidos em Portugal, recuperaram o seu anterior estatuto social. Ser “retornado” significa presentemente para muitos destes portugueses motivo de orgulho: recomeçaram do zero e provaram o seu valor na metrópole que não os queria. Continuando ainda a diferenciar-se dos portugueses que nunca viveram no continente africano: o “retornado” é, antes de mais, um português de África.

REFERÊNCIAS

- Burman, Jeremy Trevelyan (2012). “History from within? Contextualizing the New Neurohistory and Seeking Its Methods”. *History of Psychology*, Vol. 15, nº.1, pp. 84–99.
- Brettel, Caroline (2003). “Repatriates or Immigrants? A commentary”. Andrea Smith (ed.). *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Cabecinhas, Rosa, Feijó João (2010). “Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa”, *IJCV*, Vol. 4
- Conim, C. (1977). *Estimativas da população 1941-1975*. Lisboa: INE
- Cooper, Frederick (2003). “Postcolonial Peoples: A Commentary”, pp. 169-183. Andrea Smith (ed.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Cooper, Frederick (2005). *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press
- Edensor, Tim (2002). *National Identity: Popular Culture and Everyday Life*, Oxford. New York: Berg
- Garcia, Rita (2012). *Os que vieram de África*. Alfragide: Oficina do Livro
- Garcia, Rita (2011). *SOS Angola: Os Dias da Ponte Aérea*. Alfragide: Oficina do Livro
- Gleason, Philip (1983). “Identifying Identity: A Semantic History”. *Journal of American History* 69/4, March, pp. 910-931.
- Goffman, Erving (1990). *Stigma, notes on the Management as Spoiled Identity*. London: Penguin Books
- Hobsbawm, Eric (1988). *Uncommon People*. New York: New Press
- Lubkemann, Stephen (2003). “Race, Class, and kin in the Negotiation of ‘Internal Strangerhood’ among Portuguese Retornados 1975-2000”. Andrea Smith (ed.). *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Lucassen, Jan; Lucassen, Leo (1999). “Migration, Migration History, History. Old Paradigms, New Perspectives”. Vol. 4. *International and Comparative Social History*. New York, Bern: Peter Lang
- Miège, Jean Louis; Dubois, Colette (1994). *L'Europe Retrouvée: Les Migrations de la Décolonisation*. Paris: L'Harmattan
- Ovalle-Bahamón, Ricardo (2003). “The Wrinkles of Decolonization and Nationness: White Angolan's as Retornados in Portugal”. Andrea Smith (ed.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Pires, Rui Pena et al (ed.) (1984). *Os Retornados: Um Estudo Sociológico*. Lisboa: IED, nº 14
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta
- Sobral, José Manuel Sobral (2007). “Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional”. José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (eds.). *Pierre Bourdieu, a Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Afrontamento
- Smith, Andrea (ed.) (2003). *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Szompka, Piort (1996). *The Sociology of Social Change*. Oxford, Cambridge: Blackwell
- Zerubavel, Eviatar (2006). *The Elephant in the Room: Silence and Denial in Everyday Life*. Oxford: Oxford University Press

SOBRE A AUTORA

Alexandra Marques: Nascida em Lisboa (em Janeiro de 1968), é licenciada em História e jornalista de Política Nacional desde 1991. Em Fevereiro de 2010 ingressou no Programa de Doutoramento Interuniversitário em História no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, enquanto bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia do Estado português. Autora da narrativa história *Segredos da Descolonização de Angola*, publicado em Portugal em Maio de 2103, a sua dissertação

Deixar África (1974-1977): Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e Moçambique (cuja defesa está prevista para o Verão de 2014) dará origem ao livro homónimo a publicar na Primavera de 2015. A área de interesse académico foca-se no estudo dos deslocados de guerra do século XX, em três fases cronológicas: os deportados do Holocausto (1933-48), os migrantes da descolonização (1945-75) e os refugiados da África Central (1975-2000).